

Educação e sua relação com o trabalho: limites e possibilidades da Teoria do Capital Humano em face do desenvolvimento de potencialidades humanas

Resumo: Este trabalho pretende trazer para discussões e questões relacionadas com a educação, o mercado de trabalho e a teoria do capital humano, traçando um diálogo a partir de uma perspectiva da abordagem crítica. Assim, busca-se aprofundar a compreensão das relações entre trabalho e educação em um contexto marcado por novas relações sociais capitalistas, travadas por lutas fundamentadas na violência do capital e nas relações de classes no mercado de trabalho. Busca-se evidenciar relações obscurecidas no momento atual intensificadas pela revolução tecnológica com o propósito de explicitar uma nova conjuntura de reestruturação produtiva e de uma nova ordem mundial, onde imperam relações de poder profundamente assimétricas. Pretende-se ainda estabelecer um diálogo enfocando as possibilidades e contradições da teoria do capital humano enfocando o papel da educação no processo de desenvolvimento econômico em face de uma nova ordem estabelecida a partir da lógica do desenvolvimento fordista ou pós-fordista, marcado agora pelas novas exigências do mundo globalizado. Preocupamo-nos em discutir estas temáticas, a partir de teóricos que tratam destas questões nos seus aspectos estruturais e conjunturais na sociedade brasileira, considerando as implicações ocorridas em função de um modelo de projeto socioeconômico e político pautado em uma lógica de mercado visando atender a um projeto neoliberal, cujas definições impactam decisivamente sobre as políticas educacionais e, conseqüentemente, na relação do sujeito com o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação. Mercado de trabalho. Teoria do Capital Humano.

Manoel dos Santos¹

Instituição Casa Familiar das Águas
kalilmanuel@hotmail.com

(1) Especialista em Administração Pública com ênfase em Gestão de Pessoas no Setor Público pela Universidade Gama Filho e Graduado em Pedagogia pela FACE - Faculdade de Ciências Educacionais.

A Teoria do Capital Humano surge a partir dos anos de 1950 entre os economistas norte-americanos que impactaram fortemente as concepções educacionais. A educação passou a ocupar uma posição sine qua non no desenvolvimento econômico. Como enfatiza (CASTRO, 1990, p. 5), a “[...] teoria do Capital Humano demonstra inequivocadamente, uma tentativa de sistematização do papel da educação no processo de desenvolvimento econômico”.

Para sustentar esta afirmação fundamenta-se nos postulados de Schultz (1993 apud CASTRO, 1990, p. 18), que apresenta como “preocupação central [...] a contribuição da educação no desenvolvimento econômico”. Para tanto, parte da definição do conceito de educação, a saber: “revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial latente; aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente de maneira

a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir.

Na sua concepção, a educação possui valor econômico e poderá causar efeitos nos sistemas de produção e no desenvolvimento econômico por meio da atuação dos profissionais que recebem instrução. Nesse sentido, faz-se necessário aprofundar a compreensão sobre o conceito de Capital Humano e entender a estreita relação existente entre capital humano e desenvolvimento. De acordo com Sandrini (apud MORETTO, 1997, p. 41), podemos afirmar que

[...] capital humano é o conjunto de investimentos destinados à formação educacional profissional de determinada população. [...] O termo é utilizado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho.

Diante disso, pode-se afirmar que esta concepção toma como base elementar “[...] o investimento em educação como condição para a aquisição de habilidades cognitivas onde a qualidade do investimento humano pode ser grandemente ampliada e a sua produtividade incrementada”. (SCHULTZ, 1973, p. 33) Ainda de acordo com a Teoria do Capital Humano, “[...] os dispêndios (investimento) em instrução influenciam e diferenciam as habilidades cognitivas pessoais”. (CASTRO, 1990, p. 25)

As diferenças das habilidades cognitivas provenientes dos diferentes níveis educacionais geram significativas diferenças e subsidiam novos fundamentos e substratos para experiências futuras, com utilização de diferentes papéis e representações na relação com o mundo do trabalho. Nesse aspecto, observa-se que os rendimentos pessoais proporcionados resultante do trabalho humano ampliam a visão de mundo, o autoconhecimento, os processos cognitivos, emocionais, a percepção, o preparo para novos desafios e o desenvolvimento de competências.

Dessa forma:

Para a Teoria do Capital Humano, uma pessoa qualquer toma a decisão de investir em instrução a partir de um princípio de racionalidade econômica neoclássica. O indivíduo faz uma comparação entre as taxas de retorno e taxa de juros. Se o ganho que ele espera do aumento de salários frente ao valor do

investimento (taxa de retorno = variação salarial/investimento em instrução) for maior do que ele ganharia aplicando o mesmo valor do investimento educacional no mercado financeiro — ganho este medido pela taxa de juros —, o indivíduo fará o investimento na sua instrução. Caso a taxa de juros seja maior que a taxa de retorno do investimento educacional, ele preferirá não estudar, mas sim aplicar seus recursos no mercado financeiro. (CASTRO, 1990, p. 17)

Sabe-se, que as pessoas não apenas integram a vida produtiva na sociedade, mas constituem o princípio elementar da dinâmica que confere validade às atividades e processos, inovam, criam, recriam contextos e situações que podem levar o homem a posicionar-se de maneira competitiva, onde o investimento em educação compreende o processo de aprendizagem como basilar para o impacto da educação sobre os fenômenos, tais como: a estrutura ocupacional da força de trabalho de uma região para outra dentro do mesmo país e entre diferentes países, os padrões de comércio internacional, a distribuição de renda pessoal.

Ademais, em todo contexto socioeconômico percebe-se que as pessoas que se instruem mais recebem, em média, rendimentos mais elevados do que aquelas que se instruem menos, sobretudo quando comparamos pessoas coma a mesma idade. Isso afirma que “[...] os custos que incorrem os indivíduos ao adquirirem mais educação constituem um investimento em sua própria capacidade futura de ganhar”. (BLAUG, 1973, p. 1)

Com isso,

[...] a educação serve como mecanismo principal para a aquisição de habilidades, é vista como uma forma de investimento. Ela exige um custo inicial, e também renda sacrificada, mas no futuro ela produz uma seqüência de retornos econômicos que excedem àqueles custos iniciais. Assim, tendo por base a teoria de Capital Humano, existe uma ligação direta entre educação e renda que pode ser representada da seguinte maneira: **EDUCAÇÃO - Habilidades - Conhecimentos e Renda**. (VERHINE, 1982, p. 2)

Nesse cenário, a exigência de assimilação de novos conhecimentos, técnicas, atualizações, desenvolvimento de competências e mudanças de atitudes atribuiu grande relevância ao processo de ensino-aprendizagem que passou a ter o papel de instruir, trans-

mitir conhecimentos e informações, de acostumar o trabalhador às tarefas que deverá assumir no seu trabalho e, a partir da formação adquirida aumentar a sua produtividade, o que seria remetido em aumento de renda.

Ainda em consonância com este pensamento,

[...] a qualificação do trabalhador incorpora ao trabalho a qualidade de serviço desse capital individual, a remuneração corresponderá à qualificação e nos títulos escolares, [...] essa teoria permite assimilar plenamente trabalho e capital como mercadorias de produção. (VENTIN, 1999 apud SAUL, 2004, p. 262)

Sabe-se que o rendimento escolar aponta para habilidades e competências díspares já existentes e em função desse aspecto os empregadores utilizam credenciais educacionais como um instrumento de seleção para identificar e recrutar trabalhadores mais produtivos (VERHINE, 1982) Dessa maneira, “[...] os gastos aplicados na formação das capacidades individuais incrementam o ‘valor-produtividade do esforço humano (trabalho)’ e resulta numa taxa positiva de retorno”. (SAUL, 2004, p. 262)

Com isso, pode-se afirmar que a educação constitui em um componente fundamental e indispensável no sentido da constituição e sustentação das profissões comprovando que quanto mais se estuda melhor é a remuneração. E que os investimentos em educação contribui para impulsionar o desenvolvimento econômico, gerando retornos rentáveis para o trabalhador, para as organizações e para o país. Demanda também compromisso e responsabilidade, uma vez que investir no conhecimento possibilita que o ser humano se mantenha atualizado e preparado para a competitividade no mercado de trabalho. Em consonância com o pensamento da Teoria do Conhecimento,

[...] o ser humano, quando investe economicamente em educação em si próprio, acumula capital: o capital humano. Esse capital, por sua vez, quando estimulado e aprimorado, melhora o desempenho individual do trabalhador ofertando-lhe melhores remunerações que, conseqüentemente contribuem para o desenvolvimento econômico na sociedade em que está inserido”. A característica principal do capital humano é de que está intrinsecamente ligado ao homem. ‘É humano por quanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte

de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas.'(SCHULTZ, 1973, p. 53)

Por outro lado, conforme enfatiza (CASTRO, 1990, p. 18), a Teoria do Capital Humano apresenta uma visão mecânica no que diz respeito ao papel da educação no desenvolvimento econômico. O autor

[...] destaca que mais instrução não determina automaticamente melhora da posição do indivíduo no mercado de trabalho – medida pelo nível e aumento salarial – e, conseqüentemente, seguindo a lógica da ‘produtividade marginal’, da sua participação na função de produção.

A partir dessa visão pode-se afirmar que, conforme enfatiza (VERHINE, 1995, p. 6-8),

[...] a teoria do capital humano [...] precisa ser expandida [...] e deve incorporar na sua estrutura não somente a aquisição de habilidades, mas também a socialização da filtragem. [...] Klees (1991), por exemplo, afirma que a socialização e a filtragem levantam ‘questões fundamentais’ sobre o valor econômico da educação e sobre as medidas tradicionais da eficiência econômica. [...] A equação do capital humano, como articulado por Mincer (1974), pode ser melhorada em dois aspectos. Primeira, experiência de trabalho ‘relacionado’ deve ser utilizada na função em vez da experiência total de trabalho. Em segundo lugar, a ENF deve ser acrescentada à equação como uma segunda medida (além da experiência de trabalho) do investimento do capital humano pós-escola. [...] a noção da segmentação do mercado de trabalho e as características da demanda do mercado de trabalho devem ser levadas em consideração na formulação e aplicação da teoria do capital humano. [...] O efeito da educação (seja formal, não-formal ou informal) é influenciado pelo tamanho da empresa e pelo nível de trabalho.

Diante desse contexto, percebe-se que a demanda por novos aprendizados é uma constante e na medida em que investem em si mesmas as pessoas ampliam as possibilidades de escolhas e a aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem um valor econômico o que pode ser revestido em elevação da sua renda. O aumento significativo com capacitações proporciona um aumento substancial na produtividade do esforço humano e isso

gera uma taxa de rendimento positiva. No entanto, de acordo com (PITITAT, 1994 apud GENTILI, 2008, p. 78-79), “[...] os sistemas educacionais eram considerados pelos grupos dominantes e pelas massas que lutavam por sua democratização como um poderoso dispositivo institucional de integração social num sentido amplo”. No entanto, com o advento da crise capitalista, estabelecida a partir dos anos setenta, inicia-se uma relação de profunda desarticulação dessa promessa integradora em todas as suas dimensões.

[...] Com efeito, a ruptura da promessa integradora da escola começou a produzir-se de forma definida nos anos oitenta, justamente num contexto de revalorização do papel econômico da educação (Schultz, 1983 e 1990, apud GENTILI, 2008, p. 79), da proliferação de discursos que começaram a enfatizar a importância produtiva dos conhecimentos (inclusive a configuração de uma verdadeira “Sociedade do Conhecimento” na terceira Revolução Industrial [...]), e de uma crescente ênfase oficial nos aportes supostamente fundamentais que as instituições escolares deveriam realizar para a competitividade das economias na era da globalização. (CEPAL, 1992 apud GENTILI, 2008, p. 79)

Nesse sentido, a escola ganha um papel relevante de atuação institucional que contribuía para a integração econômica da sociedade, formando sujeitos para constituir força de trabalho para que se integre paulatinamente ao mercado. Nessa conjuntura,

[...] o processo da escolaridade era interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual. (SCHULTZ, 1973 apud GENTILI, 2008, p. 32)

A postulação da teoria do capital humano leva em consideração que a decisão do indivíduo de gastar em educação, treinamento, aperfeiçoamento ao conhecimento que já dispõem, o acesso à assistência médica e à saúde leva em consideração os custos e os benefícios dessa decisão no futuro. Observa-se que com a difusão e o emprego da teoria do capital humano houve uma crescente atenção por parte dos governos e da iniciativa privada, à educação e à formação profissional dos indivíduos.

As relações entre educação, qualificação da força de trabalho e desenvolvimento econômico sofrem forte influência da transição

do capitalismo da primeira para a Segunda Revolução Industrial, cujo contexto foi marcado fortemente pelo papel da ciência no avanço da tecnologia e suas repercussões nos processos produtivos. A partir desse contexto, percebe-se um aumento considerável nas parcelas de gastos tanto públicos quanto privados com a educação. (SCHULTZ, 1988 apud MORETTO, 1997) De acordo com esse pensamento, entende-se que o que proporciona esse aumento é a expectativa de retornos futuros por parte da iniciativa privada, “[...] de que os indivíduos mais bem educados recebem mais e produzem mais; em termos sociais, de que o nível cultural e de discernimento da população torna-se mais elevado”. Assim, pode-se afirmar, de acordo com Castro (1990), que “[...] a educação geral é considerada de grande relevância, pois [...] habitua o espírito nos melhores negócios e a usar os negócios como meio para melhorar a cultura”.

O ensino técnico, nesse contexto, ganha maior atenção, na medida em que este ensino apresenta estreita ligação com o processo produtivo industrial. (MARSHALL, 1975 apud CASTRO, 1990) Ainda de acordo com o pensamento desse autor, “[...] a maior atenção com o sistema educacional está na capacidade de desenvolver as faculdades individuais, de tal forma que seja possível captar a existência de gênios [...] a saída é optar pela educação dos “gênios”, e deixar que o mercado resolva o resto”. Como se percebe, o capital humano, traduzido para a educação e o treinamento, foram aos poucos introduzidos nos arcabouços de crescimento e de desenvolvimento econômico.

Como se vê, entender o processo da formação humana em um contexto marcado por uma visão utilitarista, excludente onde imperam relações conflitantes e antagônicas, deve-se buscar compreender tais categorias no plano da historicidade de modos sociais de produção material, tanto objetiva quanto subjetiva da existência humana, “[...] demarcadas pela cisão de classes sociais e, portanto, pelo conflito e pelo antagonismo; ou da compreensão da interação social; da ação comunicativa e da teoria argumentativa e das visões da pós-modernidade e pós-estruturalistas.” (FRIGOTTO, 2008, p. 28)

Assim, Schultz (1961, p. 3 apud SAUL, 2004, p. 261), afirma que

[...] o equívoco em desconsiderar os recursos humanos como uma forma de capital, ou seja, de vê-lo como um meio de produção, como um produto de investimento, fomentou a sustentação de uma clássica e superada noção de trabalho, na economia em

geral. Essa noção correspondia a entender o trabalho como a capacidade de realizar trabalho manual que exigisse escasso conhecimento e especialização.

No entanto, o pensamento, Gentili (2008, p. 89, grifos nossos), demonstra que

[...] a partir da segunda metade dos anos oitenta, e convencida da inevitabilidade dessa tendência, a referência teórica mais importante da Economia da Educação começou uma profunda reestruturação. A Teoria do Capital Humano, com a contribuição de alguns de seus pais fundadores (Schultz, 1990), mudou substancialmente alguns dos componentes centrais que a definiam em meados dos anos sessenta (Frigotto, 1995; Gentili, 1995, apud Gentili, 2008). A desintegração da promessa integradora da escolaridade no campo econômico deve ser entendida, em parte, como produto dessa dinâmica que começou a regular o desenvolvimento da economia-mundo capitalista nas décadas que antecederam a virada do Breve Século XX. A certeza de que as economias podiam crescer em ritmos e taxas diferenciais (porém crescer relativamente), que a inflação podia ser controlada com medidas mais ou menos dolorosas (porém, controlada de uma ou de outra forma), mas que já não se podia pensar no mercado de trabalho como uma esfera de expansão ilimitada, simplesmente porque nele não podia haver espaço para todos, foram o contexto dessa mudança. **Educar para o emprego levou ao reconhecimento (trágico para alguns, natural para outros) de que se deveria formar também para o desemprego, numa lógica de desenvolvimento que transformava a dupla “trabalho/ausência de trabalho” num matrimônio inseparável.**

Não obstante, cabe enfatizar que as relações de desigualdades sociais são concebidas a partir da decorrência da desigualdade de poder, resultante da ausência da preparação dos sujeitos para a apropriação das concepções políticas. Cabe à escola exercer o seu papel social de promover a emancipação do sujeito para que este adquira plenas capacidades para exercitar a leitura de mundo.

[...] o processo educativo é visto como o responsável pela socialização política e também como fornecedora das bases do conteúdo do próprio poder, conteúdo que se traduz no acesso ao conhecimento e à informação, requisitos para o exercício de

comportamentos e atitudes racionais. (AZEVEDO, 2004, p. 28)

Portanto, o trabalho permeia todo o ser do ser humano e estabelece as suas especificidades passando a construir a sua essência não a partir da sua individualidade, mas do resultado de um processo histórico mediatizado pelas relações sociais.

Dessa forma,

[...] investir em conhecimento soma, e muito, para que o ser humano se mantenha atualizado no mercado de trabalho. E é um investimento de domínio individual e inesgotável, fazendo com que a competitividade no trabalho lhe seja favorável. (GASTALDON, 2007, p. 22)

Em países desenvolvidos, tem se observado um comportamento em que tem criado novos postos de trabalho, porém em setores de baixa remuneração e, em geral, com contrato por tempo limitado. (RIFLIKIN, 1995, p. 25 apud FRANCO, 2008) Já em países em desenvolvimento a situação é mais agravante, uma vez que existe uma grande inclinação para o “[...] mercado informal dos subempregados, autônomos, vendedores ambulantes que, no Brasil, por exemplo, estima-se, é da ordem de 50% da população economicamente ativa”. (FRANCO, 2008, p. 101)

Nesse sentido, formar para o trabalho nessa atual circunstância deve-se buscar alternativas que garantam efetivamente a inclusão do indivíduo por meio também da formação profissional, que se apresenta como uma resposta estratégica, porém questionável

[...] frente aos problemas postos pela globalização econômica, pela reestruturação produtiva, pela busca da qualidade e da competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural. (FRANCO, 2008, p. 101)

Segundo Verhine (1982, p. 10, grifos nossos),

[...] o mercado de trabalho na sociedade capitalista é uma arena onde as duas classes básicas entram em contato. Os empregadores, tentando fortificar a posição de sua classe dominante estão interessados não somente na produção da firma, mas também na reprodução da ordem social. [...] tentam aumentar o produto do trabalhador e limitar a porção que o mesmo recebe deste produto e, ao mesmo tempo, socializá-lo fazendo-o aceitar o *status quo*. [...] O comportamento no mer-

cado em conseqüência da coação e não do consenso, somente considera mudança, quando acontece, abrupta e violenta e acha as instituições dinâmicas e não fixas. [...] **A produtividade do trabalhador é mais um resultado de condições de emprego do que de atributos do indivíduo, e conclui que os salários são mais uma conseqüência do poder de barganha de classe do que da produtividade marginal do trabalhador.**

Com isso, cabe-nos enfatizar sobre a relevância do papel socioeconômico da educação para a superação dessa relação reforçando o que tem sido decodificado e levado em consideração a uma concepção crítica, defendida por Antonio Cunha (1977) e Bárbara Freitag (1977) citados por Verhine (1982, p. 7). Assim, “Cunha ataca a idéia liberal (ou ortodoxa) na qual se baseia que a escola constitui um mecanismo para a igualdade e justiça social e argúi que ela seleciona e socializa de uma maneira que protege a classe capitalista”. E afirma que

[...] até quando todos recebem o mesmo tipo de educação os fatores de fome e marginalização cultural fazem com que os menos favorecidos não possam subir na hierarquia educacional, e, portanto, social. Também, em palavras semelhantes àquelas utilizadas por Bourdieu, Cunha afirma que a escola é um instrumento de dominação particularmente pernicioso porque ela dissimula seus próprios mecanismos de discriminação e os de ordem econômica. [...] A escola desempenha a função social de reprodução da estrutura de classe, mas de um modo tal que a reposição dos filhos no lugar dos pais seja percebida como um resultado de desempenho escolar e não das posições prévias; e ainda mais, de modo que a discriminação que se processa dentro da escola não seja ‘percebida como tal, mas como algo natural’ (CUNHA, 1977, p. 216-217 apud VERHINE, 1982, p. 7)

Assim, pode afirmar que a educação vem passando por um processo de profundas transformações para funcionar com eficácia nas várias instâncias como propagadora da ideologia dominante, como reprodução das relações de classe, como agente a serviço da nova estrutura de dominação e como instrumento de reforço da própria base material, possibilitando a reprodução da força de trabalho.

A escola, como instituição formadora de cidadãos e cidadãs, tem uma função imprescindível na vida dos indivíduos. Desta forma, o comprometimento da instituição escolar e dos seus agentes

pedagógicos no enfrentamento de quaisquer tipos de discriminação é fundamental para que a equidade seja um eixo norteador das relações sociais na dinâmica dos espaços escolares. E a ela cabe ainda formar um sujeito crítico reflexivo com competências e habilidades para a sua inserção em tal contexto.

A contemporaneidade tem sido marcada pelas transformações tecnológicas e pelas novas formas nas relações de produções. De acordo com Boneti (2004), para garantir o acesso ao mercado de trabalho em um contexto onde o conhecimento sofre mutação constantemente é necessário que o sujeito esteja em busca incessantemente pela atualização de seus conhecimentos, a fim de se manter incluído no processo de desenvolvimento socioeconômico.

Nessa perspectiva, cabe à escola a responsabilidade de socializar indistintamente o conhecimento a todos os segmentos sociais de forma que garanta as condições necessárias para a inserção deste sujeito no processo de transformações tecnológicas e ao mercado de trabalho. O mesmo autor ainda completa afirmando que:

[...] um outro desafio da escola diz respeito às demandas advindas das diferenças socioculturais, dificilmente aguçadas no contexto da lógica da homogeneização implementada pelo capitalismo global. (BONETI, 2004 p. 214)

De acordo com Frigotto (2008, p. 37-38),

[...] o modo de regulação fordista, que transcende o âmbito econômico e se constitui numa matriz cultural, centra-se nas idéias de produção em massa, consumo de massa, busca do pleno emprego e diminuição das desigualdades. Estas idéias firmam-se no pressuposto da possibilidade de generalização da industrialização e na idéia do desenvolvimento harmônico, progressivo é ilimitado. A *crise dos anos 90* parece evidenciar, sobretudo, a precariedade deste pressuposto". [...] O *corpus conceptual* da teoria do capital humano é produzido para explicar, em última análise, exatamente a não efetiva generalização do fordismo, quando este atingiu o ápice. [...] O investimento em "capital humano" passou a constituir-se na chave de ouro para resolver o enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais. [...] A crise por que passa o capitalismo neste fim de século, a manutenção das profundas desigualdades, agora ampliada entre os hemisférios Norte e Sul, e o tormento do aumento exponencial do desemprego estrutu-

ral, precarização do trabalho sob dominação de flexibilização e a emergência da sociedade de três terços (Alliez, 1988), põem “o rei a nu” e mostra que os críticos do capital humano tinham razão. O balanço não é nada auspicioso. Trinta anos depois da disseminação da teoria do capital humano, nada daquilo que postulava se efetivou – a possibilidade da desigualdade entre nações e entre grupos sociais e indivíduos, mediante maior produtividade e, conseqüentemente, em termos das nações, maior competitividade e equilíbrio e, entre grupos e indivíduos, ascensão na carreira profissional, mobilidade social e conseqüente diminuição das desigualdades.

Dessa forma, entende que mais do que refletir sobre a relação dos trabalhadores com o mercado de trabalho, a performance das políticas educacionais deveria orientar-se para garantir a construção diferenciada de competências flexíveis que habilitem os sujeitos a lutar nos mercados de trabalho competitivo pelas opções disponíveis. De acordo com Corragio (1993, p. 6 apud FRANCO, 2008, p. 105), “[...] os acordos neoliberais operam “o rejuvenescimento” da teoria do capital humano.” E esclarece que

[...] tanto a integração econômica quanto a valorização da educação básica geram para formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos, ficam subordinadas à lógica do mercado, do capital e, portanto da diferenciação da segmentação e da exclusão. (FRIGOTTO, 1995, p. 145 apud FRIGOTTO, 2008, p. 105)

Considerações finais

Assim, percebe-se que a garantia do emprego como direito social desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece. Isso significa afirmar que na era do fim dos empregos, só a competência empregatícia flexível do indivíduo pode garantir sucesso no mundo das relações laborais. Nesse sentido, a educação representa o principal diferencial no processo de desenvolvimento econômico tanto dos países quanto dos indivíduos, no aspecto do aperfeiçoamento e do desenvolvimento de capacidades e habilidades pessoais.

No entanto, apresenta-se como fator relevante na atualidade, o paradigma que compreende a impossibilidade de continuidade da estratégia de desenvolvimento e de industrialização fundados na visão do passado, em função das suas contradições fundadas na ideia do capital humano em um contexto marcado pela globalização e pelas relações de poder assimétricas. Dessa maneira, considerando considerando o que enfatiza Frigoto (2008), os limites de expansão do modelo de industrialização e consumo fordista, em face da destruição do meio ambiente, ficam evidentes quando existe a aparição da destruição de postos de trabalho, a síndrome do desemprego estrutural, a precarização do trabalho, vinculada, como os mencionamos acima, com a abolição dos direitos sociais conquistados arduamente pela classe trabalhadora. Este processo ocorre pela conjugação da globalização excludente, que potencializa o desenvolvimento desigual, e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia. Como alternativa possível de superação dessas circunstâncias, surge a proposta do desenvolvimento autosustentado tenta sintetizar essa alternativa, ainda dominante e contraditoriamente sob a égide das relações capitalistas mercantis, buscando, ao mesmo tempo, desenvolvimento econômico eficiente, justiça social distributiva e eficácia ecológica.

Por fim, pode-se afirmar que realizando uma avaliação da história recente da forma violenta mediante a qual o capital resolve suas crises de maximização das taxas de lucro não deixa dúvida de que de fato o ideário do capital humano, como estratégia para a diminuição de desigualdades internacionais, regionais e individuais, apreende as relações sociais de forma enviesada e falseia as razões estruturais da exclusão. Uma vez que as relações sociais são estabelecidas a partir das relações capitalistas, onde existe um limite diante do desenvolvimento e expansão do mesmo provocando graves crises nas relações entre educação e trabalho. As consequências do processo de globalização se apresentam de maneira extremamente violenta que se manifesta por meio da elevação da taxa de desemprego, concentração de renda, aumento da pobreza, exclusão social, xenofobia, racismo e neofacismo. Portanto, necessitando de uma reestruturação sistêmica dos modelos fundados na lógica do capitalismo predador.

The Education and its relation to work: limits and possibilities of the Theory of Human Capital over the development of human potential

Abstract: This paper intends to bring to discussions and issues related to education, labor market and human capital theory, making a dialogue from the perspective of a critical approach. Thus, we seek to deepen understanding of the relationship between work and education in a context marked by new capitalist social relations, based on the struggles waged by the violence of capital and class relations in the labor market. The aim is to highlight relationships obscured at the moment intensified by the technological revolution in order to explain a new set of productive restructuring and a new world order, where the desperate profoundly asymmetrical power relations. Another objective is to establish a dialogue focusing on the possibilities and contradictions of human capital theory focusing on the role of education in economic development process in the face of a new order established by the logic of development or post-Fordist Fordist, marked now by the new requirements globalized world. We take care to discuss these topics, from theorists who deal with these issues in its structural and cyclical issues in Brazilian society and the implications that occurred due to a design model of socioeconomic and political ruled by a market logic in order to attend a neoliberal project, which is defined a decisive impact on educational policies and consequently the subject's relation to the labor market.

Key words: Education. Job market. Human Capital Theory.

Referências

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- BLAUG, M. *Introdução à economia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- BONETI, Lindomar Wessler. As políticas educacionais, a gestão da escola e a exclusão social. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- CASTRO, Nivaldo José de. *Economia e educação da escola clássica à teoria do capital humano*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. (Texto de debate. FEA/UFRJ; n. 6)
- FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo, Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século*. Rio de Janeiro, Vozes, 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- GASTALDON, Ceneli de Freitas. *Escolha da profissão no ensino superior: a relação entre educação e a teoria do capital humano nesse*

processo. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2007.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MORETTO, Cleide Fátima. O capital humano e a ciência econômica: algumas considerações. *Teor. Evid. Econ.*, Passo Fundo, RS, v. 5, n. 9, p. 67-80, maio, 1997.

PACHECO, Luzia et al. *Capacitação e desenvolvimento de pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, Ano 6, n. 12, p. 230-273, jul./dez., 2004

SCHULTZ, Theodore William. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VERHINE, Robert E. Educação e mercado de trabalho: implicações teóricas de dados baianos. *Revista da FAEEBA*, Salvador, v. 4, n. 4, p. 25-38, jul./dez., 1995.

_____. *Teorias sobre educação/mercado de trabalho: uma análise avaliativa de perspectivas alternativas*. Salvador: UFBA, 1982.

ZANELLI, José Carlos. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. *Estudos de Psicologia*, v. 7, n. especial, p. 79-88, 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=26170909>> Acesso em: 11 ago. 2009

Artigo submetido em 21/10/2011, aceito para publicação em 15/11/2011.